

O Novo Conselho de Recursos da Previdência Social - CRPS

Marcelo Fernando Borsio
Presidente do CRPS

Brasília, 13 de agosto de 2019

Origem do CRPS

- **Decreto-Lei nº 1.237, de 02/05/39***

(*) Organizou a Justiça do Trabalho e estabeleceu que os conflitos nas relações entre empregadores e empregados seriam dirimidos pela Justiça do Trabalho, que dispunha de Juntas de Conciliação e Julgamento, 08 conselhos regionais do Trabalho e o Conselho Nacional do Trabalho - CNT, que por sua vez dispunha de um Departamento de Previdência Social.

O que é o CRPS?

- Órgão colegiado subordinado ao Ministério da Economia (Secretaria de Previdência), instituído para exercer o controle jurisdicional das decisões do INSS nos processos de interesse dos beneficiários do Regime Geral de Previdência Social e das empresas; e, nos relacionados aos benefícios assistenciais de prestação continuada previstos no art. 20 da Lei nº 8.742/93;
- Desempenha uma função essencial perante a sociedade, em defesa do interesse público, visando à concessão de benefícios àqueles beneficiários/recorrentes que detenham o direito postulado.

Missão/Visão do CRPS

- **Missão:**

“Exercer o controle jurisdicional do INSS, quando instado a solucionar o conflito jurídico-administrativo entre o segurado ou beneficiário/interessado/empresa e a autarquia previdenciária”.

- **Visão:**

“Ser um órgão julgador de excelência, respeitado pela qualidade e clareza de suas decisões, pela celeridade processual e pelo bom atendimento ao usuário”.

Aspectos positivos da jurisdição administrativa do CRPS

- Gratuidade (inexistência de custas processuais);
- Baixo custo operacional para o Estado;
- Rito administrativo mais célere, norteado pelos princípios da legalidade e da verdade material;
- Capilaridade do CRPS em todo o território nacional;
- Utilização do processo eletrônico como instrumento de transparência, maior controle, celeridade, gestão e qualidade da prestação jurisdicional.

Fundamentos normativos do CRPS

- **Constitucional:**

Art. 10, CF/88:

“É assegurada a participação dos trabalhadores e empregadores nos colegiados dos órgãos públicos em que seus interesses profissionais ou previdenciários sejam objeto de discussão e deliberação”.

Fundamentos normativos do CRPS

- **Constitucional:**

Art. 194, parágrafo único, VII, CF/88:

“(...) Parágrafo único. Compete ao Poder Público, nos termos da lei, organizar a seguridade social, com base nos seguintes objetivos: (...)

VII - caráter democrático e descentralizado da administração, mediante gestão quadripartite, com participação dos trabalhadores, dos empregadores, dos aposentados e do Governo nos órgãos colegiados.”.

Fundamentos normativos do CRPS

- **Legal:**

Art. 126, Lei 8.213/91 (Redação dada pela Lei 13.846/19):

“Compete ao Conselho de Recursos da Previdência Social julgar:

I – recursos das decisões do INSS nos processos de interesse dos beneficiários;

II – contestações e recursos relativos à atribuição, pelo Ministério da Economia, do Fator Acidentário de Prevenção aos estabelecimentos das empresas” (...)

Fundamentos normativos do CRPS

- **Infralegal:**

Decreto 3.048/99 (Regulamento da Previdência Social – RPS)
Arts. 303 a 309

- **Regimental:**

Portaria MDSA nº 116, de 20 de março de 2017*

(*) Regimento Interno do CRPS

Presidência do CRPS

O CRPS é presidido* por representante do Governo, com notório conhecimento da legislação previdenciária, nomeado pelo Ministro de Estado da Economia, cabendo-lhe dirigir os serviços administrativos do órgão (art. 303, § 2º, Dec. 3.048/99)

Estrutura atual das Unidades Julgadoras do CRPS



Competência das Unidades Julgadoras do CRPS

- **Juntas/adjuntas:**

- Julgar, em primeira instância, os RECURSOS ORDINÁRIOS interpostos contra as decisões prolatadas pelo INSS, em matéria previdenciária e de BPC/LOAS;
- Realizar o juízo de admissibilidade do Pedido de Uniformização de caso concreto;
- Julgar os Embargos de Declaração de suas decisões;
- Decidir sobre a Revisão de Ofício de seus acórdãos.

Competência das Unidades Julgadoras do CRPS

- **Câmaras de Julgamento:**

- Julgar, em segunda instância, os RECURSOS ESPECIAIS contra as decisões proferidas pelas JRs que infringirem lei, regulamento, enunciado ou ato normativo ministerial;
- Realizar o juízo de admissibilidade do Pedido de Uniformização de caso concreto;
- Julgar os Embargos de Declaração de suas decisões;
- Proceder a Revisão de Ofício de seus acórdãos.

Competência das Unidades Julgadoras do CRPS

- **Conselho Pleno:**

- Uniformizar, em tese, a jurisprudência do CRPS mediante Enunciados com efeito vinculante aos Conselhos;
- Uniformizar, no caso concreto, mediante Resolução, as divergências jurisprudenciais entre as Juntas de Recursos nas matérias de alçada, ou entre as Câmaras de Julgamento em sede de Recurso Especial;
- Decidir no caso concreto, mediante Resolução, as Reclamações suscitadas por afronta a pareceres vinculantes com aprovação ministerial, Súmulas ou Pareceres do AGU, ou Enunciados do próprio CRPS;
- Julgar os Embargos de Declaração de suas decisões;
- Proceder a Revisão de Ofício de suas decisões.

Composição das Unidades Julgadoras do CRPS

As **Juntas** e as **Câmaras** são compostas por 04 membros, denominados Conselheiros, nomeados pelo Ministro de Estado da Economia (art. 303, § 4º, Dec. 3.048/99)

Obs.: Representatividade Tripartite:

02 representantes do Governo*;

01 representante das Empresas e

01 representante dos Trabalhadores.

(*) Presidência da Junta/Câmara = Representante do Governo

Composição das Juntas de Recursos

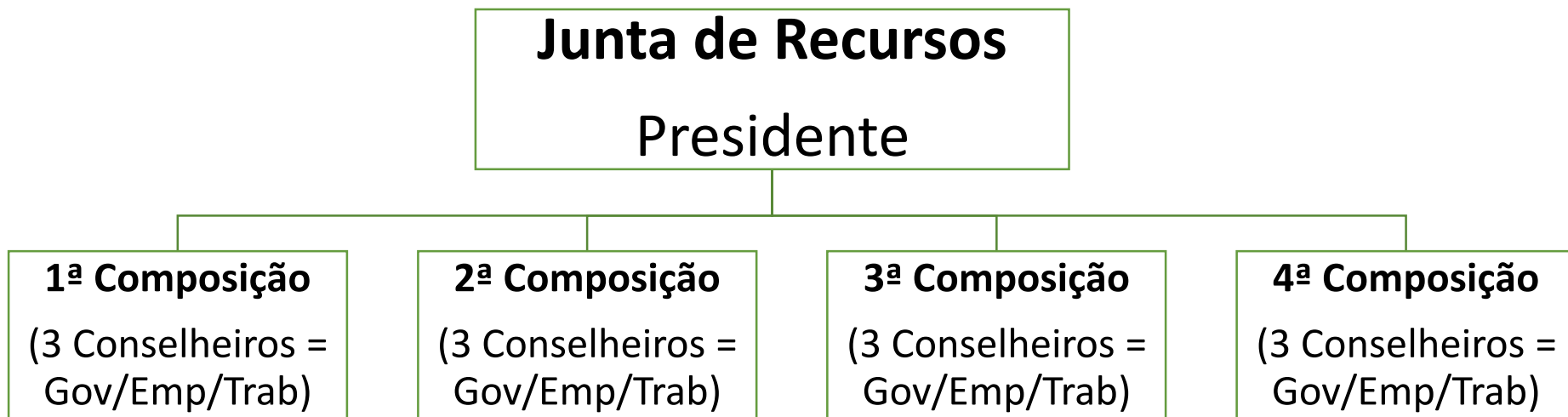
Juntas de Recursos = Unidade julgadora de 1ª instância

29 JRs sediadas nos Estados e DF

JR	LOCAL	JR	LOCAL	JR	LOCAL
1ª	MANAUS/AM	11ª	RIO DE JANEIRO/RJ	21ª	JOÃO PESSOA/PB
2ª	FORTALEZA/CE	12ª	RIO DE JANEIRO/RJ	22ª	CAMPO GRANDE/MS
3ª	RECIFE/PE	13ª	SÃO PAULO/SP	23ª	CUIABÁ/MT
4ª	SALVADOR/BA	14ª	SÃO PAULO/SP	24ª	VITÓRIA/ES
5ª	BRASÍLIA/DF	15ª	BAURU/SP	25ª	ARACAJU/SE
6ª	GOIÂNIA/GO	16ª	CURITIBA/PR	26ª	MACEIÓ/AL
7ª	BELO HORIZONTE/MG	17ª	FLORIANÓPOLIS/SC	27ª	NATAL/RN
8ª	BELO HORIZONTE/MG	18ª	PORTO ALEGRE/RS	28ª	BELÉM/PA
9ª	JUIZ DE FORA/MG	19ª	SÃO LUIS/MA	29	PORTO VELHO/RO
10ª	RIO DE JANEIRO/RJ	20ª	TERESINA/PI		

Composição das Juntas de Recursos

Cada JR possui 1 Presidente + 4 composições tripartites



Obs.: 29 Juntas = 387 Conselheiros

Composições Adjuntas das Juntas de Recursos

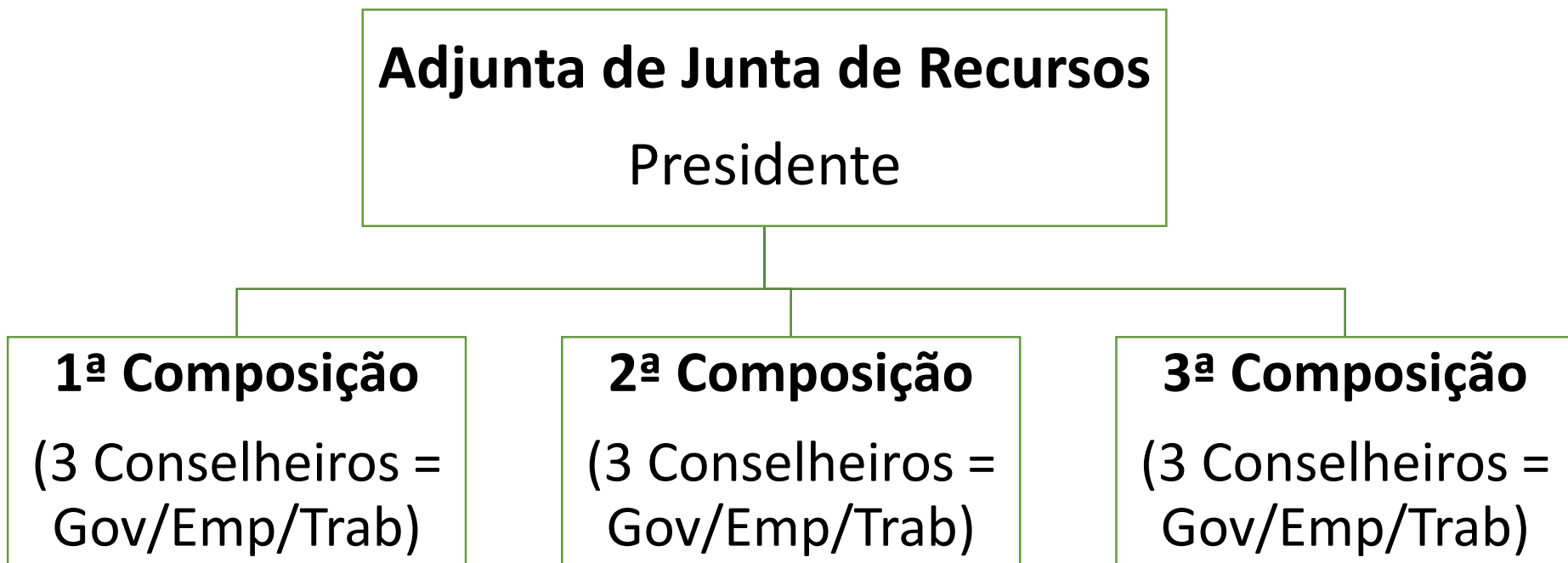
Adjuntas = Unidade julgadora de 1ª instância

15 Adjuntas

Composição Adjunta	Composição Adjunta	Composição Adjunta
1ª CA da 2ª JR Sobral/CE	2ª CA da 10ª JR Rio de Janeiro/RJ	1ª CA da 14ª JR São Paulo/SP
1ª CA da 5ª JR Taguatinga/DF	3ª CA da 10ª JR Petrópolis/RJ	2ª CA da 14ª JR Santo André/SP
1ª CA da 6ª JR Anápolis/GO	1ª CA da 11ª JR Niterói/RJ	1ª CA da 16ª JR Curitiba/PR
1ª CA da 7ª JR Belo Horizonte/MG	1ª CA da 13ª JR São José do Rio Preto/SP	1ª CA da 27ª JR Mossoró/RN
1ª CA da 10ª JR Duque de Caxias/RJ	2ª CA da 13ª JR São Bernardo do Campo/SP	2ª CA da 27ª JR Natal/RN

Composição das Adjuntas

Cada Adjunta possui 1 Presidente + 3 composições tripartites

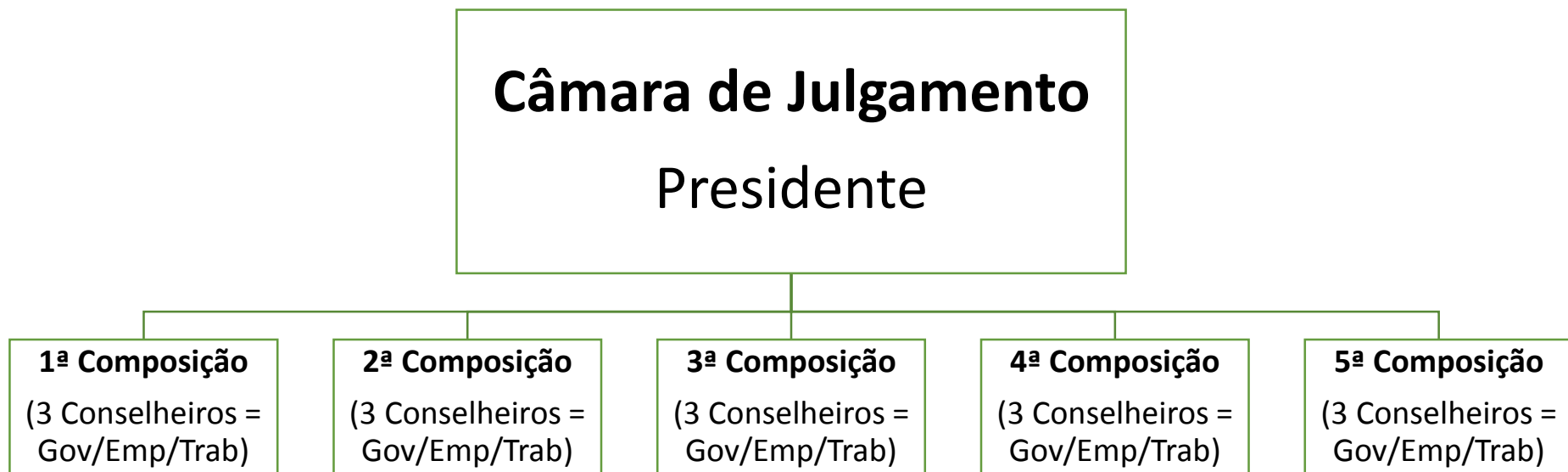


Obs.: 15 Adjuntas = 150 Conselheiros

Composição das Câmaras de Julgamento - CAJ

05 **CAJs** = Unidade julgadora de 2ª instância

Cada CAJ possui 1 Presidente + 5 Composições tripartites



Obs.: 4 CAJs = 64 Conselheiros

Composição do Conselho Pleno

Conselho Pleno = Unidade uniformizadora da jurisprudência

Membros:

Presidente do CRPS;

Presidentes e Conselheiros Titulares das CAJs.

Estrutura das Unidades Julgadoras do CRPS após (Lei 13.846/19 = competência do FAP)



Mandato e critérios de seleção dos Conselheiros

Mandato:

O mandato dos membros do Conselho de Recursos da Previdência Social é de **02** anos, permitida a recondução (art. 303, § 5º, Dec. 3.048/99).

Critérios de seleção:

I - Representantes do Governo: escolhidos entre servidores federais, preferencialmente do Ministério da Economia ou do INSS, com curso superior e notório conhecimento da legislação previdenciária;

II - Representantes classistas: escolhidos dentre os indicados, em lista tríplice, pelas entidades de classe ou sindicais das respectivas jurisdições, devendo ter escolaridade de nível superior, exceto os representantes dos trabalhadores rurais que podem ter apenas o nível médio.

Remuneração dos Conselheiros

Remuneração:

Os representantes de Governo ativos recebem a remuneração do cargo a que pertencem;

Os representantes de Governo aposentados e os classistas recebem gratificação (Jeton*) de relatoria por processo relatado com voto.

(*) Corresponde a **1/50** do valor do cargo em comissão do Presidente da Câmara **(DAS 2) ou Junta (DAS 1)** a que pertencer o Conselheiro, não podendo ultrapassar o dobro desse valor.

(**) 1/50 do DAS 2 (JRs) = Juntas até 110

1/45 = Juntas de 111 até 125

1/40 = Juntas de 126 até 150

(***) 1/50 do DAS 3 (CAJs) = Juntas até 110

1/45 = Juntas de 111 até 125

1/40 = Juntas de 126 até 150

(****) Juntas de FAP (idem), mas por pontos (660 pontos como meta)

Estrutura Administrativa e Assessoria Técnico Médica

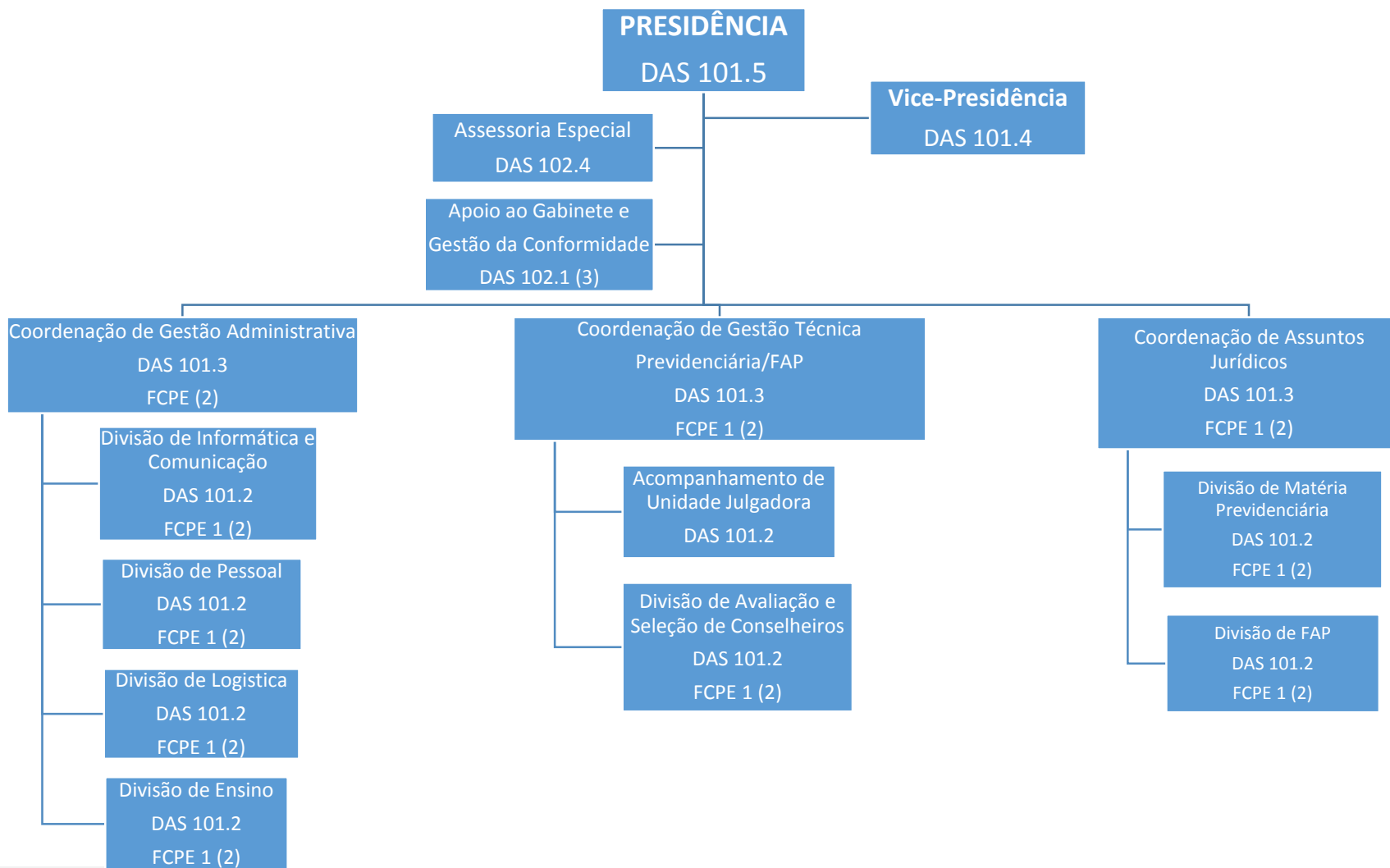
O CRPS conta com:

- 342 servidores administrativos;
- 83 novas nomeações em 01/08/19
- 54 Assessores Técnicos Médicos, oriundos da carreira de Perito Médico Federal, responsáveis pela emissão pareceres em recursos que discutam matéria médica = 3600 PMFs

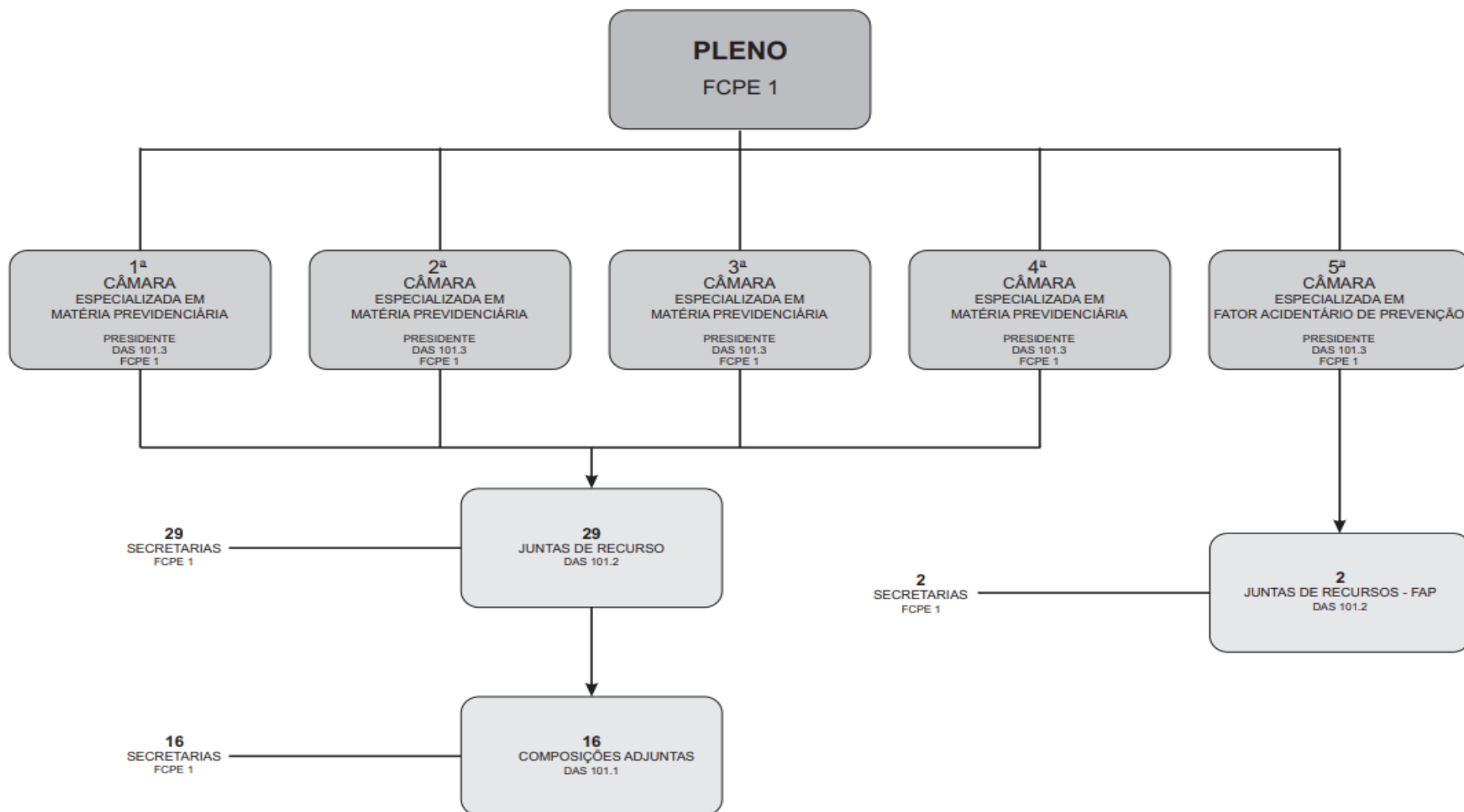
Os ATMs possuem uma meta trimestral de 600 pontos, o que equivale a 200 processos mês*;

(*) Atuação remota (VPN) exige meta de 720 pontos (240 processos/mês).'

Organograma do Novo CRPS



Organograma do Novo CRPS



Demanda processual

Ano-base: 2019

Sem considerar os mais de 30 mil de FAP (x insumos)

ÓRGÃO JULGADOR	DEMANDA DE PROCESSOS	ANALISADOS
Junta de Recursos	647.608	355.730
Câmara de Julgamento	68.394	40.653
TOTAL	716.002	396.383*

* Decisões e despachos para diligências

Demanda processual

Custo para 2020: Previdenciário e FAP

ÓRGÃO JULGADOR	CUSTO ANUAL	CUSTO ACIMA DA META "FÉRIAS" E ENCARGOS	TOTAL GERAL (atual R\$ 33 mi)
JR e CAJs Previdenciários	R\$ 68.690.055,65	R\$ 2.885.348,62	
JR e CAJs FAP	R\$ 5.932.204,32	R\$ 25.602.059,05	
TOTAL	R\$ 74.622.259,97	R\$ 28.487.408,67	R\$ 103.109.668,20

Estrutura Administrativa e Assessoria Técnico Médica

O novo CRPS conta com as seguintes atribuições:

- Previdenciário
- Fator Acidentário de Prevenção (FAP)
- Compensação entre Regimes (PL 2999) *

Há necessidade de decisão sobre:

- Matéria Trabalhista (CART)
- Demais decisões de RPPS
- CRPC (Previdência Complementar)
- DECISÃO DE PLENO TCU (Acórdão 4898/2018) e Políticas de Dejudicializações (SEPRT)

Obrigado pela atenção!